EDUCAÇÃO MULTICULTURAL NO BRASIL, PROPOSTA PARA A EFETIVAÇÃO DAS LEIS 10.639/03 E 11.645/08

María Emilia Landaeta Silva (PPGED/UFU) – mariaemilialandaeta@gmail.com

GT 3 – EDUCAÇÃO E DIVERSIDADES CULTURAIS

Resumo:
A educação multicultural no Brasil é uma proposta pensada estrategicamente e baseada na obrigatoriedade do cumprimento das Leis 10.639/03 e 11.645/08 que versam sobre o ensino de história e cultura africana, afro-brasileira e indígena. O objetivo da presente pesquisa é a de apresentar uma proposta sobre a construção de um novo material didático utilizando as obras do escritor nigeriano, ganhador do prêmio Nobel da Literatura, Wole Soyinka, quem apresenta uma visão sobre a África, a cultura, as tradições, religiões, costumes e a política africana nas suas obras. A criação de materiais didáticos no Brasil a partir de textos literários africanos é uma forma de valorizar a África, assim como de exaltar a sua cultura presente no país e gerar relações de respeito à diversidade e a identidade negra nas escolas, o qual gerará relações de respeito na sociedade, impossibilitando a existência do racismo.
Palavras-chave: Leis 10.639/03 e 11.645/08. Educação multicultural. Literatura africana. Livro didático. Wole Soyinka.

1 Introdução

O sistema educativo brasileiro tem sido marcado por diversos processos políticos, sociais e culturais. A estrutura atual das instituições educativas é a compilação das diversas mudanças sofridas pelo país, relacionadas aos vários períodos históricos como a colonização portuguesa, que significou a construção social do cidadão brasileiro, pois foi neste período que deram início à escravidão e definiram-se as relações de poder, subjugando o negro escravizado junto com a sua cultura, epistemologia e religião, resultando na colonialidade do poder, do saber e do ser.

A compreensão de que os atos sucedidos naquela época influenciaram a presente situação dos afro-brasileiros e afro-brasileiras contribuiu para a analise das estruturas jurídicas, políticas, sociais e institucionais, por estarem baseadas em projetos nacionais eurocêntricos e assimilacionistas, percebendo-se que, de fato, existem vestígios racistas da época da colonização nas estruturas institucionais e políticas do país, determinando posições inferiores para a população negra em detrimento da população branca, traduzidas na discriminação racial.

As instituições acadêmicas não são uma excepção, já que estas ajudam na proliferação e manutenção do racismo, promovendo normas sociais onde os moldes a serem alcançados são,

certamente, os da população branca. Restrições como a impossibilidade de discussão sobre as religiões de matriz africana, muito presentes no território brasileiro, como por exemplo, o candomblé e a umbanda, fazem com que estas fiquem à margem e sejam minimizadas e demonizadas pela sociedade. Outra deficiência no sistema educativo atual em relação à questão das relações étnico-raciais no espaço escolar é a falta de ensino e transmissão de opiniões e expressões positivas sobre a África e a sua população, sendo só focalizado o período escravocrata e o sofrimento experienciado pelos escravizados.

A responsabilidade das escolas em comunicar aos estudantes sobre a verdadeira história do Brasil, incluindo a injustiça do sequestro de africanos e sua posterior localização em vários territórios alheios a eles para serem escravizados é importante, porém, na busca de gerar respeito e aceitação aos valores positivos provindos do continente africano, surge também a urgência de criar elos de curiosidade e admiração entre os alunos brasileiros e a literatura, a cultura e as religiões africanas.

A educação deve ser pensada e organizada considerando todos os fatores, isto é, os fatores humanos envolvidos no processo: o educando/a e o educador/a. Paulo Freire, no seu livro, Pedagogia do Oprimido (1987), indica que "O educador, que aliena a ignorância, se mantém em posições fixas, invariáveis. Será sempre o que sabe, enquanto os educandos serão sempre os que não sabem. A rigidez destas posições nega a educação e o conhecimento como processos de busca" (p.34), portanto, o papel do professor ou da professora é essencial para a liberdade e a construção da consciência do/a aluno/a; é ele quem situa aos estudantes na realidade social, mas também quem lhes apresenta formas de lutar contra essa realidade injusta, mostrando-lhes alternativas para ir contra os posicionamentos racistas e classistas que se impõem como leis sem fundamentos.

O professor ou professora que afaste seus estudantes dos problemas e das possíveis soluções da humanidade é aquele com um ponto de vista fixo da realidade, pensa que essa é a única verdade e que não existem possibilidades de mudança. O autor Paulo Freire em outro dos seus textos, Pedagogia da Autonomia (1996), lembra aos docentes que: […] vá ficando cada vez mais claro que, embora diferentes entre si, quem forma se forma e reforma ao formar e quem é formado forma-se e forma ao ser formado […] (FREIRE, p.13), mostrando como funciona o processo de educação e como é possível aprender e mudar de perspectiva no ato do ensino, pelo que os docentes não devem ter medo em educar, já que assim eles estão sendo, de igual forma, educados.

2 Proposta para a efetivação das leis 10.639/03 e 11.645/08

As ações políticas governamentais destinadas a modificar, reestruturar ou ampliar estratégias aplicadas no âmbito educativo são o reflexo da paulatina transformação que vem acontecendo na sociedade brasileira. As instituições educativas, junto com outras instituições como: as judiciais, as políticas e as econômicas também são afetadas, frequentemente, pela necessidade de uma evolução social que permita abranger e considerar as questões étnico-raciais. A realidade indica que o racismo institucional invade o cotidiano dos afro-brasileiros, fazendo com que estes não consigam desenvolver e ocupar cargos públicos importantes em matéria política, no campo do direito, no âmbito religioso e, claro, no sistema educativo.

As mudanças sociais acontecidas por ação e mérito das diversas lutas lideradas pelos movimentos sociais tem implicado na transformação do pensamento e atitude em relação à população negra, porém, devido a que o sistema educativo ainda se desenvolve através das bases fundacionais eurocêntricas pautadas considerando os vestígios do período da colonização e da escravatura, onde prevaleciam os valores do branco europeu, tendo como prioritárias e, unicamente válidas, as epistemologias europeias. Isto significou a normatividade intrínseca e estrita com que o sistema educativo foi criado e mantido sob padrões específicos que determinaram a forma, supostamente infalível, em que os cidadãos deveriam agir e pensar para manter a ordem social ideal do Estado nacional.

A inflexibilidade gerada pelas normas supracitadas gerou e ajudou na manutenção do racismo pois, tendo como padrão os ideais europeus, resultou que as epistemologias, os valores culturais e religiosos, assim como a forma de viver no mundo e pensar o mundo, vindos da África, foram descartados, subestimados, desvalorizados, subjugados e minimizados, não podendo formar parte do espaço escolar por sua condição de “inferioridade” e inutilidade para a cidadania nacionalista brasileira.

O principal objetivo das instituições acadêmicas é a de propiciar um espaço adequado para que seja desenvolvido um modelo de ensino que oriente os estudantes a adquirir informações teórico-práticas para a futura inserção na sociedade como cidadãos “de bem”. Para isto, as crianças negras deviam ser culturalmente assimiladas pelo pensamento e padrão europeu. O que o anteriormente exposto realmente visava era a aculturação do negro e a desligação dele de suas crenças religiosas para que assim sofressem o apagamento da sua

própria história para benefício da população branca. Abdias do Nascimento em O Quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista (2002), exprime que isto

> […] primeiro, aliviaria a consciência de culpa dos descendentes escravocratas, os mesmos que ainda hoje continuam dirigindo os destinos do país; segundo, simultaneamente ao desaparecimento do seu passado, o negro brasileiro assistiria também à obnubilação de sua identidade original, de sua religião de berço e de sua cultura, o que resultaria na erradicação da personalidade africana e no orgulho que lhe é inerente […] (p.95-96).

Como resultado das diversas lutas logrou-se, através de leis, proibir estas ações racistas, assimilacionistas e subjugantes que limitam o desenvolvimento social, cultural e religioso da população negra. Foi assim, então, que as questões identitárias obtiveram um espaço nas discussões acadêmicas, considerando a educação multicultural como uma forma de apresentação das diferentes culturas presentes no Brasil, especialmente a cultura africana. Para isto, é necessário que, no âmbito escolar, sejam discutidas as razões da presença africana no país, passeando os alunos pelas páginas históricas onde é possível encontrar os acontecimentos que precederam a chegada dos africanos, assim como também, o papel do escravocrata e do escravizado naquele período, não esquecendo exaltar essa presença na atualidade, enaltecendo sua cultura, buscando formar um pensamento idôneo em que, apesar dos africanos terem chegado no Brasil sob essas circunstancias lamentáveis, eles agora encontram-se livres de ser e existir nos parâmetros africanos e que a cultura e religiões por eles praticadas são merecedoras de respeito e admiração.

A finais do século XX iniciaram-se disputas para implementar políticas educacionais que integrassem, sem distinção de raça, gênero e sexualidade, a todos os estudantes no âmbito escolar, no sentido de aceitarem e discutirem a diversidade. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, sancionada em 1996 e os Parâmetros Curriculares Nacionais sancionados em 1997, determinaram o multiculturalismo como sugestão curricular. Portanto, o espaço escolar deve ser tido como lugar de encontro das diversas culturas onde sejam discutidas as diferenças para que, eventualmente, aconteça uma transformação social e que a discriminação racial, de gênero e de sexualidade não prevaleçam mais na sociedade brasileira (SILVA; SILVA; CUNHA, 2019).

Por conseguinte, o espaço escolar como espaço multicultural tem como objetivo a inclusão, discussão e aceitação de todas as formas de existência naquilo que respeita à cultura africana, pois entende-se que havendo descendentes de africanos no país, há a existência da sua cultura, que deve ser contemplada e praticada de forma livre, como é o caso atual da cultura

europeia. As práticas educativas postas a favor da diversidade na sociedade brasileira supõe ultrapassar o etnocentrismo que valida o racismo e as práticas discriminadoras. Os diálogos sobre as diferenças e a identidade encaminham aos estudantes a terem uma percepção diferente sobre os cidadãos afro-brasileiros, uma percepção livre de preconceitos.

A educação multicultural visa ampliar os conhecimentos dos alunos para que no futuro sejam cidadãos capazes de denunciar e lutar contra toda forma de discriminação e exigir respeito para todos e todas, se opondo às injustiças sociais que impedem o pleno exercício da cidadania da população negra que muitas vezes não é inserida no âmbito político, judicial e institucional, para assim garantir a igualdade social. Sendo a escola o lugar onde os estudantes são ensinados a se movimentar, a ver e a pensar o mundo, deve existir a obrigatoriedade de execução de planos acadêmicos para a proibição de qualquer forma de preconceito, evitando assim a manutenção e reprodução do racismo e a incentivação de cidadãos racistas.

A Lei 10.639 de 2003 e a Lei 11.645 de 2008 versam sobre a inclusão do ensino da história africana, afro-brasileira e indígena no currículo escolar, para relacionar a África com a formação do Brasil, explicando que a influencia africana se deu a partir da colonização. Estas leis auxiliam à educação multicultural, já que, tendo uma base jurídica, sua aplicação vê-se favorecida pela exigência da multiculturalidade na inserção curricular, invalidando a antiga exigência da educação monocultural, isto é, a educação baseada na cultura e epistemologias provindas da Europa sem a abertura a outras formas de pensar as atividades de ensino nem a permissão do desenvolvimento de uma educação libertadora e democrática.

Uma autora que possui um caminho acadêmico feito a partir das questões raciais e multiculturais é a escritora decolonial Catherine Walsh. Ela trabalha na área de estudos culturais latino-americanos e é professora da *Universidad Andina Simón Bolivar* em Equador. É autora de obras como *Interculturalidad, descolonización del Estado y del conocimiento (2006)*; *Interculturalidad y Colonialidad del poder: un pensamiento y posicionamiento otro desde la diferencia colonial (2019)* e tem trabalhado com autores como Walter Mignolo, Ramón Grosfoguel e Paulo Freire. Walsh, nos seus textos, refere-se às instituições educativas como espaços onde se devem construir relações sociais positivas entre os diferentes grupos étnicos para que, desta forma, sejam criados laços de amizade e respeito (WALSH, 2005), expressando a importância da educação multicultural na formação de uma consciência coletiva onde o respeito seja destacado pela sociedade.

Os objetivos da presente pesquisa vêm relacionados à função descolonizadora das instituições educativas, especialmente a escola, que visa superar a exclusão dos afro-brasileiros e as normas de atuação propostas pelo sistema educativo *per se*, de forma que os objetivos multiculturais escolares a serem concretizados, valorizem, de fato, todas as etnias e culturas. Uma maneira de proliferação de conhecimento, neste caso, sobre a África, partindo da obrigatoriedade curricular de adicionar o ensino de história e cultura africana, afro-brasileira e indígena, é através dos livros didáticos. A proposta desta pesquisa é a da criação de um novo material didático utilizando os textos literários do autor nigeriano, ganhador do prêmio Nobel da literatura em 1986, Wole Soyinka. Este é o autor de várias obras onde representa a África, suas costumes, religiões e política, transformando-as em demonstrações da África atual e, também, da África do passado e do passado dos africanos.

A importância da utilização de referenciais teóricos e literários africanos na construção de materiais escolares e na formação docente recai na apresentação de uma nova perspectiva para compreender a África que não só deve ser estudada e pensada a partir da escravidão, já que é essencial que as crianças e jovens reconheçam nesse continente os valores que foram trazidos para o Brasil, valorizando a cultura e religiões de matriz africana pois, desse jeito, será possível alcançar o respeito às diferenças e, futuramente, a igualdade racial na sociedade brasileira.

3 Considerações finais

Estabelecidas as Leis 10.639/03 e 11.645/08, existe atualmente uma busca constante de formas de executar as leis nas instituições acadêmicas, sendo mediadas por diversas estrategias no espaço escolar. O ensino de história e cultura africana, afro-brasileira e indígena pode utilizar a literatura como veículo de apresentação do continente africano aos estudantes brasileiros. A literatura africana é uma fonte de histórias relacionadas ao continente africano, à sua cultura, política e religiões. O autor nigeriano Wole Soyinka tem escrito várias obras literárias que representam a África, os costumes dos seus habitantes, seu passado, presente e o que esperam para o futuro, apresentando as religiões e mostrando a espiritualidade que carateriza aos povos africanos.

A criação e utilização efetiva de materiais didáticos, assim como a formulação de atividades escolares que contribuam e estimulem a formação da consciência social nos

estudantes, servem de rumo na direção certa para a busca de uma sociedade onde sejam respeitadas todas as formas de viver e existir na cultura, na religião e no gênero. A educação multicultural visa discutir e aplicar práticas educativas que se auxiliem em pedagogias e metodologias descolonizadoras, como a utilização da literatura provinda da África para formar relações horizontais em contraposição de relações verticais entres os estudantes, que reproduziram essas atitudes no futuro, sendo esse o grande compromisso escolar, a superação do racismo e das relações de poder que englobam a colonialidade do saber e do ser.

Referências

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

NASCIMENTO, A. **O Quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista.** Brasília, Fundação Cultural Palmares, 2002.

SILVA, L. A.; SILVA, E. P. Q.; CUNHA, A. M. de O. Reflexões em torno das ideias de raça, gênero e livro didático de biologia. In: RODRIGUES, J. R. G.; VIEIRA, J. N. (Org.). **Paradigma Cultural III:** campo educacional e cultura escolar. 1a. ed. Curitiba: CRV, 2019, v. 1, p. 45-62.

WALSH, C. **La interculturalidad en la educación**. 2005. Ministerio de Educación. Biblioteca Nacional. Peru. 2005.